

A FORMAÇÃO DE SUCESSORES NO RURAL BRASILEIRO: TRAJETÓRIA HISTÓRICA, PESQUISAS E PERSPECTIVAS

*Eduardo Magalhães Ribeiro**

TREINAMENTO DE SUCESSORES NO RURAL BRASILEIRO

No correr da história brasileira os dirigentes dos estabelecimentos rurais receberam basicamente treinamentos promovidos pelas famílias, nas próprias unidades de produção. Sua formação ocorreu em processos domésticos, onde às vezes apenas um sucessor era escolhido entre os filhos e, a partir de uma ação coletiva do grupo familiar, era elevado à condição de dono ou chefe, numa trajetória que incluía necessariamente o casamento, herança e a produção de nova unidade familiar.

Este processo ocorreu assim, tanto nas unidades camponesas e familiares quanto naquelas patronais. Certamente as diferenças mais importantes entre os dois tipos de unidades são: primeiro, a profusão de registros de trajetórias patronais, cujos casos foram mais correntemente descritos na literatura; e, segundo, o método de aprendizado, mais personalizado e ambientalizado na agropecuária familiar.

Em ambos os casos, porém, foram aprendizados totais de técnicas de mando. Buscava-se, ao mesmo tempo, formar um técnico e um chefe de família. Por conta do caráter acentuadamente patriarcal da agricultura brasileira, o aspecto técnico deste mando recebeu atenção desproporcionalmente menor na literatura sobre a sociedade rural. Este artigo, relendo alguns autores que se dedicaram a analisar ou descrever a sociedade rural brasileira - tanto da perspectiva camponesa quanto patronal - procura recuperar a didática empregada nesta formação e as condições de persistência e reprodução dos dirigentes rurais brasileiros. Dado seu caráter inicial e exploratório, não analisa fontes primárias - como relatórios públicos, contas-correntes de fazendas, testamentos e correspondências - que

* Historiador e Economista, professor adjunto do Departamento de Administração e Economia da Universidade Federal de Lavras, MG.

fornecem riquíssimos exemplos do cotidiano e da dinâmica do processo aqui analisado.

Nas partes seguintes deste artigo faz-se, inicialmente, um breve retrospecto da formação do patronato rural. Em seguida, analisa-se as condições de formação e reprodução da chefia técnica e familiar da unidade camponesa. Por último, analisa-se as condições de persistência e crise destes processos domésticos de formação de dirigentes, apresentando algumas questões que as transformações mais recentes da agropecuária brasileira tem apresentado.

A FORMAÇÃO DE PATRÕES

Os dirigentes das unidades patronais rurais brasileiras, tradicionalmente, foram também proprietários de terras. Terras representaram, ao mesmo tempo, meio de produção e patrimônio. Como, no Brasil, a terra sempre esteve associado uma cota de poder - patriarcal, político, familiar, territorial, além de econômico -, gerir a produção significava também exercer um mando rural e local: a meta da organização rural era a eficiência produtiva e a consecução dos poderes derivados da propriedade fundiária. Alguns autores analisaram mais detalhadamente este assunto.

Alberto Passos Guimarães analisou em obra clássica - embora igualmente polêmica - o mando patronal brasileiro, interpretando-o como um poder derivado da terra. Ele propôs que a apropriação privada e o controle pessoal de grandes glebas permitiram a constituição de poderes extra-econômicos que se expressavam no conjunto da sociedade brasileira. Esta foi sua perspectiva para interpretar grupos dirigentes rurais. A terra no Brasil, afirma o autor, além de ser meio de produção - e, em determinados momentos, base para negócios - foi um instrumento para construir e assegurar poder, e é impossível analisar a perspectiva produtiva e econômica sem perceber esta característica definidora da sociedade rural.⁴³⁵ Mas, para este autor, o poder rural não se encadeia a outros poderes e se institucionaliza com o objetivo de fornecer sustentação a governos; antes disso, manifesta-se como poder capilar, local, autônomo, validado por si mesmo, na medida que impõe autoridade sobre homens subordinados à força política daquelas terras, postos à

⁴³⁵ GUIMARÃES, A. P. *Quatro Séculos de Latifúndio*. 4 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

disposição deste mando que ultrapassa a produção. A especificidade do rural brasileiro, segundo Guimarães, está no fato de o controle da terra garantir

*"...à classe latifundiária uma força maior que o poderio econômico, uma outra espécie de poder que freqüentemente supera e sobrevive àquele - o poder extra-econômico. Ele se exerce, ainda nos nossos dias, através do governo das coisas e das pessoas dentro e em torno da latifúndios".*⁴³⁶

O autor afirma que é desnecessária a presença do capital e das relações da produção tipicamente capitalistas na agricultura: numa situação que o poder quase *germina* da terra, gerir era consequência de possuir, administrar resultava de dominar. Por isto, o patronato rural não carecia investir numa formação específica para os filhos serem dirigentes do processo produtivo. Era, evidentemente, de suma importância treiná-los para o mando mais completo associado ao latifúndio, que implicava, mais que reger a produção, administrar a própria vida do trabalhador direto.⁴³⁷

Gilberto Freyre, um clássico do pensamento sociológico, interpretou a sociedade senhorial brasileira e descreveu a formação profissional dos senhores de engenho como um processo familiar interno à unidade de produção. Treinar o "*senhor moço*" era, simultaneamente, responsabilidade da família e da engrenagem produtiva. O dirigente formava-se no próprio exercício do mando: no costume diário de dar ordens desde a infância, no saber-se impor frente aos seus cabos de turma, aos trabalhadores do eito e aos outros senhores, no aprender a exigir e, sobretudo, a conceder.⁴³⁸

Segundo Freyre, o mando na sociedade rural patriarcal impunha-se a partir de um corpo total composto pela família, casa, bens, *status*, tradição. A vistosa arquitetura da casa grande, a postura física da classe senhorial, a autoridade - o *rompante* de mando - implícita e associada a este cenário, formavam o aparato de poder que era a base efetiva da gestão. Treinar sucessores traduzia-se em ceder

⁴³⁶ Idem, p. 36.

⁴³⁷ Consultar sobre o assunto RIBEIRO, E. M. *Estradas de Vida*. Campinas: tese de doutorado, IFCH/Unicamp, 1997; RIBEIRO, E.M. *História Rural e Questão Agrária*. Lavras: FAEPE, 1997.

⁴³⁸ FREYRE, G. *Casa Grande e Senzala*. 14 ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1969.

aos jovens parcelas sucessivas de um mando com o qual conviviam desde o berço. Dirigir a produção fazia parte do exercício completo e total que era o mando rural.

Já Maria Sylvia de Carvalho Franco analisou o patriarcado brasileiro notando que ele constituiu uma sociedade onde a informalidade das relações pessoais e sociais viabilizava a eficácia da acumulação do capital. Para a autora, tanto a dominação pessoal quanto o recorrente *tradicionalismo* eram recursos viabilizadores do domínio e da realização econômicas. Ela afirma que o mundo patronal rural foi marcado pelo consumo modesto, relações não formais e pouca ostentação; a acumulação de capital escorava-se nos - assim chamados - padrões *tradicionais* de negócio, que conferiam agilidade às trocas e à circulação. As relações costumeiras e informais, afirma Carvalho Franco, não caracterizaram esta como sociedade refratária ao lucro; pelo contrário, a utilização da amizade pessoal, a confiança na palavra empenhada, o apego ao domínio fundiário, a ausência de controle de custos, flexibilizavam e ampliavam a lucratividade dos empreendimentos deste patronato.⁴³⁹

A utilização dos códigos familiares e pessoais, do ponto de vista de Carvalho Franco, Guimarães e Freyre, deve ser vista como um recurso viabilizador desta sociedade rural e, portanto, da sua reprodução. Por isto, também, a formação dos sucessores passava pela sua inserção na dita ordem *tradicional*: ela era a condição para instrumentalizar os sucessores no emprego dos recursos produtivos.

CAMPONESES: TRABALHADORES, CHEFES DA FAMÍLIA E DO EMPREENDIMENTO

No que respeita ao campesinato, os processos de treinamento dos novos agricultores envolveram também família e terra. Passaram, porém, por três mediações fundamentais:

- 1) a escassez da terra;
- 2) a imposição de único ou poucos herdeiros;
- 3) a transmissão e aprendizado minucioso das técnicas de cultivo e manejo da terra.

Escassez de terra é o primeiro e mais importante dos fatores em jogo na formação de jovens dirigentes. Como a agricultura

⁴³⁹ FRANCO, M.S. de C. *Homens Livres na Ordem Escravocrata*. 2 ed. São Paulo: Ática, 1974.

camponesa e familiar brasileira organizou-se em espaços exíguos, a reprodução da atividade implicou sempre lidar com a terra como fator limitante. Isto conferiu, historicamente, uma grande importância às zonas de fronteira agrícola, onde poderia ocorrer apropriação livre de novos territórios.⁴⁴⁰

Decorrente desta limitação, a escolha do(a) herdeiro(a) constitui-se em decisão fundamental na agricultura familiar. Na medida que a terra, muitas vezes, não podia ser partilhada, foram criados sistemas seletivos de herança, que privilegiam apenas um, ou poucos herdeiros. Assim, a reprodução do sistema produtivo deve incorporar como estratégia fundamental a *construção* familiar de um filho(a) herdeiro(a) e as condições de sobrevivência, em outra terra ou noutro ofício, dos demais filhos.⁴⁴¹

O terceiro aspecto associado ao processo da sucessão é a transmissão da técnica ao(s) jovem(s) herdeiro(s) selecionado(s). Aqui cabe maior digressão, porque o processo técnico da agricultura familiar é substancialmente distinto da agricultura patronal.

As técnicas agrícolas, consideradas geralmente rústicas, empregadas em grande parte da agricultura familiar brasileira, fazem parte de notável patrimônio cultural, ao lado da produção do artesanato, folclore e história oral. As origens dessas técnicas são as observações e experimentações sistemáticas, transmitidas por gerações. Seu campo de aplicação geralmente é restrito à área de exploração e aos resultados pretendidos; sua possibilidade de generalização é limitada, porque busca conhecer uma terra e um conjunto específico de variáveis que agem sobre ela. É um conhecimento singular. Tais técnicas diferem das ciências agrônômicas pelo método de elaboração: pesquisa, objetivos, experimentação e público são diferentes. As ciências agrárias buscam um rigoroso domínio do meio e da planta (ou animal), procuram alcançar excelência na produtividade individual das culturas, isolando os fatores que influem sobre produtos. O conhecimento *rústico* busca condições para ajustar homem, animais e natureza, negociando,

⁴⁴⁰Ver sobre este tema: WOORTMANN, K. *Migração, Família e Camponato*. In *Revista Brasileira de Estudos de População*. V.7, n.1, jan/jun 1990; BRANDÃO, C.R. *Plantar, Colher, Comer*. Rio de Janeiro: Graal, 1981.

⁴⁴¹MOURA, M. M. *Os Herdeiros da Terra*. Parentesco e Herança Numa Área Rural. São Paulo: HUCITEC, 1978; SEYFERTH, G. *Herança e Estrutura Familiar Camponesa*. In *Boletim do Museu Nacional*. No. 52. Rio de Janeiro, maio de 1985; RIBEIRO, E. M. *As Invenções de Migrantes*. In *Travessia*. VI(17). São Paulo, set/dez, 1993; WOORTMANN, K. *Op. cit.*

articulando número de variáveis infinitamente maior sobre área física muito definida.⁴⁴²

Sendo diferentes os métodos, também são diferentes os resultados: não se comparam práticas como dosagens de adubos químicos feita pela agronomia e seleção de uma terra própria para mandioca feita por camponeses. São propósitos, métodos, resultados e concepções de mundo inteiramente diversos.

Elaborar e transmitir o método de produção de conhecimentos e técnicas é aspecto extremamente importante na herança da agricultura familiar. Submetendo a natureza a um investigação constante, foi possível construir um conhecimento que geralmente as ciências agrárias desprezam. Este, como afirma Lévi-Strauss, é um patrimônio cumulativo, pois

*"Cada uma dessas técnicas supõe séculos de observação ativa e metódica, hipóteses ousadas e controladas, para serem rejeitadas ou comprovadas por meio de experiências incansavelmente repetidas."*⁴⁴³

Resultou dessa observação minuciosa descobrir propriedades do meio, racionalizá-las, promover a classificação das espécies conhecidas, organizar sistematicamente um saber. Com base nesse conhecimento, populações rurais associam convívio e domínio, numa relação dinâmica com o ambiente. Este conhecimento da operação da natureza é a chave da sua exploração, porque a partir daí serão construídos zoneamentos e sistemas, disciplinarizando o uso do mundo natural.⁴⁴⁴

O que existe de organizado e sistemático na busca de um conhecimento racional do meio efetuado pelos lavradores, não elimina outro aspecto: o dom. A dotação natural do meio, o dom, faz parte de uma série de relações aparentemente sem causalidade, mas que se revela colaborador da produção: a natureza é um encantamento que se potencializa a si mesma, que se reproduz à revelia dos homens. Assim, nem todos os seus aspectos podem ser organizados racionalmente e

⁴⁴² WOORTMANN, E. e WOORTMANN, K. *O Trabalho da Terra*. Brasília: UnB, 1997; RIBEIRO, E. M. *Estradas da Vida*, Op. cit.

⁴⁴³ LEVI-STRAUSS, C. *O Pensamento Selvagem*. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1970, p.33

⁴⁴⁴ BUARQUE DE HOLANDA, S. *Caminhos e Fronteiras*. Rio de Janeiro: José Olímpio, 1957; CÂNDIDO, A. *Os Parceiros do Rio Bonito*. 3 ed. São Paulo: Duas Cidades, 1975; BRANDÃO, C. R. *Plantar, Colher, Comer*, Op. cit.

postos à disposição das pessoas, tampouco transformam-se em respostas imediatas se foram submetidos a uma interrogação sistemática. Estes dons que a natureza concede, sem a mediação do esforço humano ou da sua destreza, são qualidades excepcionais de determinados lugares. Por isto, parte das relações das pessoas com o meio não são reguladas apenas pela observação sistemática - que revelam uma técnica -, mas também por observações assistemáticas, que evidenciam o poder dos dons da natureza.⁴⁴⁵

O meio, por fim, é classificado pelos lavradores de acordo com seus recursos e préstimos. Obedece a classificações que envolvem fertilidade, sanidade, recursabilidade, dotação e condição de apropriação, não necessariamente nesta ordem. O cenário ecológico influi nos dados para montagem de determinada combinação de relações sociais e técnicas, que acabam por ser, depois de combinadas, localizadas e intransferíveis.⁴⁴⁶ Por isto, a formação do(a) herdeiro(a) na agricultura familiar passa pela transmissão ao (à) jovem da complexidade desta negociação entre pessoas, meio e técnicas. Cabe a cada agricultor(a), em determinado cenário, conviver, por um lado, dominar, pelo outro, e criar, ainda de outro lado, formas de realizar ajustamentos entre condições sociais de apropriação, técnica e meio. Conhecer o meio, extrair e sobreviver, explorar os limites de um conhecimento que ao mesmo tempo herda, confirma e desenvolve são tarefas do(a) sucessor(a).

Antônio Cândido, Afrânio Garcia Jr., Beatriz Heredia e Klaas Woortmann foram autores que analisaram as chamadas *sociedades caipiras*, observando esta estreita integração entre lavradores e ambiente.⁴⁴⁷ Nestas sociedades, a formação do herdeiro ou sucessor ocorreu por meio de precoce introdução do(a) jovem no processo produtivo, servindo, simultaneamente, para transmitir-lhe aprendizado empírico e conferir autoridade ao pai-dirigente da produção. Neste treinamento oferece-se possibilidade de conhecimento detalhado do ambiente; aprender o trabalho e a gestão do trabalho compreende um esforço de apreensão do meio e da dosagem dos recursos. Dessa

⁴⁴⁵ GARCIA JÚNIOR, A. R. *Terra de Trabalho*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

⁴⁴⁶ CÂNDIDO, A. Op. cit.; BRANDÃO, C. R. *Plantar, Colher, Comer*, Op. Cit.

⁴⁴⁷ CÂNDIDO, A. Op. cit.; GARCIA JR. Op. cit.; HEREDIA, B.A. *A Morada da Vida*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979; WOORTMANN, *Migração, Família e Campesinato*, Op. cit.

maneira cria-se uma técnica adaptada ao ambiente e, ao mesmo tempo, presa a ele.⁴⁴⁸

Desde criança o lavrador ou lavradora era chamado ao trabalho, que os pais e mães gradativamente iam ampliando em intensidade, diversidade e responsabilidade. Ao final da adolescência um novo agricultor ou agricultora estava formado(a). Aprende-se a gestão e a técnica no exercício do trabalho. Este processo servia, simultaneamente, para os pais-dirigentes selecionarem entre os filhos aqueles que apresentavam "*queda*" para a atividade; estes, muito certamente, seriam também os herdeiros. Formar patrimônio familiar, organizar a sucessão dominial, ensinar a técnica agrícola e promover treinamento do herdeiro eram, portanto, processos concomitantes, objeto da estratégia traçada pela família camponesa.⁴⁴⁹

TRANSFORMAÇÕES NA AGROPECUÁRIA E DIRIGENTES RURAIS: ANOS 1950/1980

Com maiores ou menores alterações foi o estilo de treinamento de sucessores descrito acima que formou grande parte dos dirigentes rurais brasileiros.

A partir dos anos 1950, no entanto, papéis e situações começaram a ser alterados. Desta época em diante, sociedade e renda urbana começaram a suplantam a sociedade rural no aspecto econômico, implicando em profundas modificações da relação rural-urbano que requalificaram o rural, que de agro-exportador e hegemônico tornou-se gradativamente fração subordinada de uma sociedade conduzida pelo segmento urbano e industrial. A hegemonia do urbano-industrial implicou em nova correlação de forças que, principalmente após o golpe militar de 1964, consolidou uma gradativa centralização do poder político que desestabilizou os poderes locais produzidos pela terra. Entre 1950/1980 assistiu-se a uma lenta decadência do poder rural, local e patriarcal.⁴⁵⁰

⁴⁴⁸ Estes processos foram descritos por autores como LOVISOLO, H.R. *Terra, Trabalho e Capital*. Campinas: Edunicamp, 1989; RIBEIRO. *Invenções de Migrantes*. Op. cit.; GARCIA JR, Op.cit. e SEYFERTH, Op. cit.

⁴⁴⁹ MOURA Op. cit.; GARCIA JR, Op. cit.

⁴⁵⁰ OLIVEIRA, F. de. *A Economia Brasileira: Crítica à Razão Dualista*. 3 ed. São Paulo: Brasiliense/CEBRAP, 1977; MARTINS, J. S. *A Militarização da Questão Agrária no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 1984; BRUM, A. *O Desenvolvimento Econômico Brasileiro*. 15 ed. Petrópolis: Vozes, 1995.

No aspecto econômico do rural esta mudança foi ainda mais sutil. Passou-se de uma agricultura baseada no extrativismo para outra insumida pela produção de origem industrial; segundo uma conceituação corrente, ocorreu uma passagem do *complexo rural* - auto-abastecido e fechado em si mesmo - para o *complexo agroindustrial*. Isto trouxe sérias consequências para o processo produtivo, pois a agropecuária deixou de ser regida pelo conhecimento das forças da natureza, passando a uma organização quase fordista da produção.⁴⁵¹

Neste novo cenário rural a gestão tornou-se, ao mesmo tempo, mais simples e mais complexa. Mais simples porque passou a depender de uma lógica semelhante à industrial, que supõe a decomposição e universalização dos procedimentos produtivos; o processo de produção é fragmentado, reduzido à possibilidade mais elementar de apreensão.⁴⁵² Deste ponto de vista, o específico saber de terra, semente, meio e clima demandado pelo lavrador do antigo *complexo rural* tornou-se menos importante, ou quase irrelevante para a produção em larga escala. Por outro lado, esta nova realidade exigiu uma gestão mais complexa, porque especificava e segmentava o rural, transformando o poder total necessário à condução da unidade de produção numa demanda ao mesmo tempo mais especializada - porque a técnica é unificada - e mais genérica - porque incorpora instâncias econômicas extra-rurais, como indústria, tecnologia, mercados, agronegócio, parcerias e Estado.

Embora com sérias limitações - que os profissionais de ciências agrárias, extensão e administração rural cuidaram de assinalar no correr de todos os sucessos - pode-se afirmar que os dirigentes treinados na antiga informalidade do poder patriarcal e na familiaridade da unidade camponesa conseguiram produzir e reproduzir-se dentro dos novos paradigmas desta revolução agrícola. Malgrado as evidentes acomodações necessárias para abrir mão do soberano poder de "mandar" na "sua" mão-de-obra, apesar das dificuldades para enfrentar a dinâmica de um mercado integrativo que

⁴⁵¹ KAGEYAMA, A.(coord) *O Novo Padrão Agrícola Brasileiro*. Do Complexo Rural aos Complexos Agroindustriais. In G. Delgado, (Org). *Agricultura e Políticas Públicas*. Brasília: IPEA, 1990. GRAZIANO DA SILVA, J. *A Nova Dinâmica da Agricultura Brasileira*. Campinas: Unicamp, IE, 1996.

⁴⁵² RAGO, L.M. e MOREIRA, E.F.P. *O que é taylorismo?* São Paulo: Brasiliense, 1981; MARGLIN, S. *Origens e Função do Parcelamento das Tarefas*. IN A. Gorz. *Crítica à Divisão do Trabalho*. São Paulo: Martins Fontes, 1980.

consolidou-se no país, apesar das dificuldades para mercantilizar parte do consumo e reprodução da família e da unidade produtiva, é lícito afirmar que fazendeiros treinados no mando senhorial e camponeses formados no cotidiano da lida familiar deram conta de responder satisfatoriamente às novas demandas da agropecuária. Inúmeros estudos mostram a reconversão de camponeses em agricultores integrados e de fazendeiros em empresários rurais.⁴⁵³

A SOBREVIDA DA VELHA ORDEM

Passados já tantos anos é possível compreender porque criou-se no Brasil uma nova agricultura com os antigos dirigentes rurais.

Primeiro, porque seu antigo processo de treinamento era integral e eficaz: a fazenda ou a unidade familiar não treinavam apenas um produtor em sentido técnico e estrito, mas um senhor para a fazenda e um chefe para a unidade familiar. Nesta formação combinavam-se, de forma flexível, conhecimentos que davam conta de um sujeito rural integral, habilitado a enfrentar tanto os costumeiros quanto os novos desafios: foi esta segurança de formação - o *mando* fazendeiro e o *saber camponês* do sitiante - que dotou aquelas gerações da capacidade de enfrentar um rural tão transformado.⁴⁵⁴

Segundo, graças a um aspecto já assinalado anteriormente: o caráter fordista da inovação agropecuária. Além de ser assimilável com relativa facilidade, o processo produtivo admitiu uma certa divisibilidade técnica e econômica, que inibiu a formação de barreiras à entrada e a formação de amplas economias de escala.⁴⁵⁵

Terceiro, o crédito rural. Seu caráter nacionalmente subsidiado no intervalo 1970/1980 e seletivamente subsidiado até 1986, permitiu a difusão de uma grande onda de difusão de inovações a um custo bastante reduzido para os produtores. Mas, além disso, e talvez mais importante ainda, o crédito rural subsidiado permitiu uma grande

⁴⁵³ SORJ, B. *Estado e Classes Sociais na Agricultura Brasileira*. Rio de Janeiro: Zahar, 1980; SUAREZ, Mireya. *Agregados, Parceiros e Posseiros: a Transformação do Camponato no Centro-Oeste*. In *Anuário Antropológico/80*. Fortaleza/Rio de Janeiro: Edições UFC/Tempo Brasileiro, 1982; BRANDÃO, Plantar, Colher, Comer, Op. cit; KAGEYAMA, *O novo padrão agrícola brasileiro*, Op. cit.

⁴⁵⁴ Consultar FREYRE, Op. cit. e WOORTMANN e WOORTMANN Op. cit.

⁴⁵⁵ AIDAR, A.C.K., PEROSA JÚNIOR, R.M. *Espaços e Limites da Empresa Capitalista na Agricultura*. In *Revista de Economia Política*, 1(3), jul/set 1981.

incorporação de capital fixo à agropecuária, a um custo muito reduzido com efeitos duradouros para toda a penosa década de 1980.⁴⁵⁶

Quarto aspecto a ser enfatizado: a assistência técnica e extensão rural, principalmente oficial, contribuiu para a vulgarização da técnica agrícola. Embora, como assinalem muitos autores, a relação entre extensão rural e produtores rurais tenha sido muitas das vezes marcada pelo conflito, as agências cumpriram o emblemático papel de viabilizadoras de relação cultural integrativa entre campo-cidade, que tornou-se progressivamente mais clara no correr da recente história do Brasil.⁴⁵⁷

Por último, há talvez o mais importante de todos os elementos: a terra. O apogeu do processo modernizador da agricultura e da integração agroindustrial ocorreram num momento em que preço de terra evoluiu aceleradamente, caracterizando propriedade fundiária como equivalente a recurso financeiro e reserva de valor.⁴⁵⁸ Estando a direção do negócio agropecuário e a propriedade fundiária sempre no mesmo comando, foi possível ao dirigente rural usufruir de uma rentabilidade patrimonial não-produtiva, expressa na elevação contínua da renda territorial capitalizada. A terra permitiu aos proprietários, durante todo o período de tecnificação da agropecuária, desfrutar de uma riqueza potencial formada sem investimento e trabalho; criou-se uma equivalência de riqueza, principalmente na segunda metade dos anos 1980, que admitia até a ineficiência produtiva do produtor rural, pois a renda da terra andava muito à frente da rentabilidade estritamente produtiva.

É necessário, finalmente, assinalar que esta história produziu dolorosa contrapartida: foi uma transformação seletiva e excludora. Não foram todos os fazendeiros e senhores rurais que tornaram-se

⁴⁵⁶ DELGADO, G.C. *Capital Financeiro e Agricultura no Brasil*. São Paulo/Campinas: Ícone/Eduinicamp, 1985; GUEDES PINTO, L.C. *Notas Sobre a Política Brasileira de Crédito Rural*. In *Texto para Discussão* número 4, Campinas:IFCH, mimeog, 1981; PAIVA, R. M. et alii. *Setor Agrícola no Brasil*. Rio de Janeiro: Forense; São Paulo:Edusp, 1976.

⁴⁵⁷ LOUSA DA FONSECA, M.T. *A Extensão Rural no Brasil*. São Paulo: Loyola, 1985; BRANDÃO, C.R. *Saber de Classe e Educação Popular*. In *O Ardil da Ordem*, 2 ed. Campinas: Papius, 1986.

⁴⁵⁸ DELGADO, Op. cit; DELGADO, G.D. e FERNANDES FILHO, J.F. *A Queda Recente do Preço da Terra no Brasil*. SOBER, *Anais do 35º Congresso*, Natal, 1998; FERNANDES FILHO, J.F. *A Evolução dos Preços de Terra em Minas Gerais e a Globalização da Economia Brasileira*. *Anais do VIII Seminário Sobre a Economia Mineira*. Diamantinas, CEDEPLAR/UFG, 1998.

empresários rurais; não foram todos os camponeses que tornaram-se produtores integrados, ao contrário.⁴⁵⁹ Pode-se afirmar que parcela dos dirigentes rurais soube ajustar-se às novas dinâmicas, aprendeu a lidar com seus códigos e produzir uma nova agricultura; pode-se afirmar até que o universo de escolhas era tão amplo - dado o grande número de estabelecimento rurais - que foi possível um processo duramente seletivo que produziu o conjunto de dirigentes rurais que permanece na ativa até o final dos anos 1990.

A CONJUNTURA DOS ANOS 1990

Foi possível, de acordo com a trajetória analisada ligeiramente nas páginas precedentes, construir uma agropecuária forte com quadros gerenciais formados pela antiga sociedade rural. As transformações substantivas do rural dos anos 1990, porém, indicam algumas limitações que tornam necessária uma reflexão sobre o processo.

A primeira destas limitações, importante principalmente na segunda metade dos anos 1990, é o declínio da rentabilidade do setor produtivo agropecuário. Diversas manifestações de lideranças rurais e estudos setoriais revelam a queda de rentabilidade do agregado agrícola. Mauro Lopes revela os motivos que levaram a esta queda: abertura da economia às importações, ausência de crédito rural e política clara para o setor, importação de produtos subsidiados. Manifesta-se também uma histórica queda tendencial dos preços agrícolas, de modo que, à medida que se incrementa a produtividade decrescem os preços relativos dos produtos agrícolas e, por consequência, o lucro unitário; José Eli da Veiga afirma que nesta corrida entre produtividade e lucros, os agricultores correm muito e perdem sempre.⁴⁶⁰

Outro aspecto igualmente importante é a queda do preço da terra: após 1994 este preço caiu entre 50 a 70% na média nas áreas rurais, não manifestando desde então qualquer sinal de reanimação.⁴⁶¹ Isto implicou em redução patrimonial para produtores rurais, que viram grande parte do seu capital volatizar-se.

⁴⁵⁹ GRAZIANO DA SILVA, J. *A Nova Dinâmica da Agricultura Brasileira*. Op. cit.

⁴⁶⁰ LOPES, M. R. *Política Agrária, uma Década de Deterioração*. In *Agroanalysis*, abril, 1996; VEIGA, J.E. *Desenvolvimento Agrícola*. São Paulo: HUCITEC, 1991.

⁴⁶¹ FERNANDES, Op. cit.; DELGADO E FERNANDES Op. cit.

Um último elemento importante para a argumentação aqui desenvolvida diz respeito as transformações demográficas, envolvendo a queda da taxa de natalidade no meio rural. Entre 1970 e 1990 o Brasil rural passou de famílias com 10 ou mais filhos para níveis "europeus" de natalidade, reduzindo numa geração o número de filhos para algo em torno de 2,1 por mulher. Ao lado disto, ocorreram migrações, envelhecimento e masculinização da população rural.⁴⁶²

Resultou dessas transformações um novo cenário rural que desnuda o processo de formação de dirigentes rurais e o transformando em objeto a ser analisado também pelos historiadores. Resta no campo uma população mais idosa, mais masculina e que, aparentemente, recebeu parcela menor de treinamento formal. Evidências adicionais mostram que são grandes os diferenciais de rendas rurais e urbanas, e que no trabalho agrícola estão os menores salários, as maiores jornadas de trabalho e o maior subemprego.⁴⁶³

Assim, num cenário que torna-se mais crítico em finais de século, a camada de dirigentes rurais enfrenta uma encruzilhada no seu destino. De um lado, as escolas técnicas e universidades não dão conta de formar tão integralmente novos dirigentes. De outro, os grupos de dirigentes reproduzidos nas condições de produção vigentes no meio rural, fogem ao padrão seletivo que historicamente marcou o meio rural brasileiro.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAMOVAY, R.; SILVESTRO, M.; CORTINA, N. et alli. **Juventude e Agricultura Familiar: Desafios dos Padrões Sucessórios**. Chapecó/Brasília: FAO/EPAGRI, abril de 1997.

⁴⁶² CAMARANO, A.A. e ABRAMOVAY, R. *Êxodo Rural, Envelhecimento e Masculinização no Brasil: Panorama dos Últimos Cinqüenta Anos*. In *Anais do Encontro Nacional sobre Migração*. Curitiba: IPARDES/FNUAP, 1998; PATARRA, N.L. *Projeções Demográficas: Velhos Desafios, Novas Necessidades*. In *São Paulo em Perspectiva*. 10(2), 1996. São Paulo: Fundação SEADE; ABRAMOVAY, R., SILVESTRO, M., CORTINA, N. et alli. *Juventude e Agricultura Familiar: Desafios dos Padrões Sucessórios*. Chapecó/Brasília: FAO/EPAGRI, abril de 1997; SILVESTRO, L.M. e CORTINA, N. *Desenvolvimento Rural sem Jovens?* Florianópolis: Agropecuária Catarinense/EPAGRI, v.11, n.4, dez. 1998.

⁴⁶³ KAGEYAMA, A. *O Subemprego Agrícola nos Anos 90*. Campinas: Unicamp, IE, 1997, texto número 57; GRAZIANO DA SILVA, J. *Urbanização e Pobreza no Campo*. In RAMOS, P. e REYDON, B.P. *Agropecuária e Agroindústria no Brasil*. Campinas, IE, 1995.

- AIDAR, A.C.K.; PEROSA JÚNIOR, R.M. *Espaços e Limites da Empresa Capitalista na Agricultura*. In *Revista de Economia Política*, 1(3), jul/set 1981.
- BRANDÃO, C.R. *Plantar, Colher, Comer*. Rio de Janeiro: Graal, 1981.
- _____. *Saber de Classe e Educação Popular*. In *O Ardil da Ordem*. 2 ed. Campinas: Papius, 1986.
- BRUM, A. *O Desenvolvimento Econômico Brasileiro*. 15 ed. Petrópolis: Vozes, 1995.
- HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Caminhos e Fronteiras*. Rio de Janeiro: José Olímpio, 1957.
- CAMARANO, A.A. et ABRAMOVAY, R. *Êxodo Rural, Envelhecimento e Masculinização no Brasil: Panorama dos Últimos Cinquenta Anos*. In *Anais do Encontro Nacional sobre Migração*. Curitiba: IPARDES/FNUAP, 1998.
- CÂNDIDO, A. *Os Parceiros do Rio Bonito*. 3 ed. São Paulo: Duas Cidades, 1975.
- DELGADO, G.C. *Capital Financeiro e Agricultura no Brasil*. São Paulo/Campinas: Ícone/Edunicamp, 1985.
- DELGADO, G.D. et FERNANDES FILHO, J.F. *A Queda Recente do Preço da Terra no Brasil*. *SOBER, Anais do 35º Congresso*, Natal, 1998.
- FERNANDES FILHO, J.F. *A Evolução dos Preços de Terra em Minas Gerais e a Globalização da Economia Brasileira*. *Anais do VIII Seminário Sobre a Economia Mineira*. Diamantinas: CEDEPLAR/UFGM, 1998.
- FRANCO, M.S de C. *Homens Livres na Ordem Escravocrata*. 2 ed. São Paulo: Ática, 1974.
- FREYRE, G. *Casa Grande e Senzala*. 14 ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1969.
- GARCIA JÚNIOR, A. R. *Terra de Trabalho*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.
- GRAZIANO DA SILVA, J. *A Nova Dinâmica da Agricultura Brasileira*. Campinas: Unicamp.IE, 1996.
- _____. *Urbanização e Pobreza no Campo*. In RAMOS, P. e REYDON, B.P. *Agropecuária e Agroindústria no Brasil*. Campinas: IE, 1995.
- GUEDES PINTO, L.C. *Notas Sobre a Política Brasileira de Crédito Rural*. In *Texto para Discussão* número 4, Campinas:IFCH, mimeog., 1981.
- GUIMARÃES, A. P. *Quatro Séculos de Latifúndio*. 4 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.
- HEREDIA, B.A. *A Morada da Vida*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.
- KAGEYAMA, A. *O Subemprego Agrícola nos Anos 90*. Campinas: Unicamp.IE, 1997, texto número 57.

- KAGEYAMA, A. (coord) *O Novo Padrão Agrícola Brasileiro*. Do Complexo Rural aos Complexos Agroindustriais. In G. Delgado. (Org). **Agricultura e Políticas Públicas**. Brasília: IPEA, 1990.
- LÉVI-STRAUSS, C. **O Pensamento Selvagem**. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1970.
- LOPES, M. R. *Política Agrária, uma Década de Deterioração*. In **Agroanalysis**, abril, 1996.
- LOUSA DA FONSECA, M.T. **A Extensão Rural no Brasil**. São Paulo: Loyola, 1985.
- LOVISOLO, H.R. **Terra, Trabalho e Capital**. Campinas: Edunicamp, 1989.
- MARGLIN, S. *Origens e Função do Parcelamento das Tarefas*. IN A. Gorz. **Crítica à Divisão do Trabalho**. São Paulo: Martins Fontes, 1980.
- MARTINS, J. S. **A Militarização da Questão Agrária no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 1984.
- MOURA, M. M. **Os Herdeiros da Terra**. Parentesco e Herança Numa Área Rural. São Paulo: HUCITEC, 1978.
- OLIVEIRA, F. de. **A Economia Brasileira: Crítica à Razão Dualista**. 3 ed. São Paulo: Brasiliense/CEBRAP, 1977.
- PAIVA, R. M. et alli. **Setor Agrícola no Brasil**. Rio de Janeiro: Forense; São Paulo: Edusp, 1976.
- PATARRA, N.L. *Projeções Demográficas: Velhos Desafios, Novas Necessidades*. In **São Paulo em Perspectiva**. 10(2), 1996. São Paulo: Fundação SEADE.
- RAGO, L.M. e MOREIRA, E.F.P. **O que é Taylorismo?** São Paulo: Brasiliense, 1981.
- RIBEIRO, E. M. *As Invenções de Migrantes*. In **Travessia**. VI(17). São Paulo, set/dez, 1993.
- _____. **Estradas de Vida**. Campinas: tese de doutorado, IFCH/Unicamp, 1997.
- _____. **História Rural e Questão Agrária**. Lavras: FAEPE, 1997.
- SEYFERTH, G. *Herança e Estrutura Familiar Camponesa*. In **Boletim do Museu Nacional**. No. 52. Rio de Janeiro, maio de 1985.
- SILVESTRO, L.M. et CORTINA, N. **Desenvolvimento Rural sem Jovens?** Florianópolis: Agropecuária Catarinense/EPAGRI, v.11, n.4, dez, 1998.
- SORJ, B. **Estado e Classes Sociais na Agricultura Brasileira**. Rio de Janeiro: Zahar, 1980.
- SUAREZ, Mireya. *Agregados, Parceiros e Posseiros: a Transformação do Campesinato no Centro-Oeste*. In **Anuário Antropológico/80**. Fortaleza/Rio de Janeiro: Edições UFC/Tempo Brasileiro, 1982.
- VEIGA, J.E. **Desenvolvimento Agrícola**. São Paulo: HUCITEC, 1991.
- WOORTMANN, E. e WOORTMANN, K. **O Trabalho da Terra**. Brasília: UnB, 1997.

WOORTMANN, K. *Migração, Família e Campesinato*. In **Revista Brasileira de Estudos de População**. V.7, n.1, jan/jun 1990.